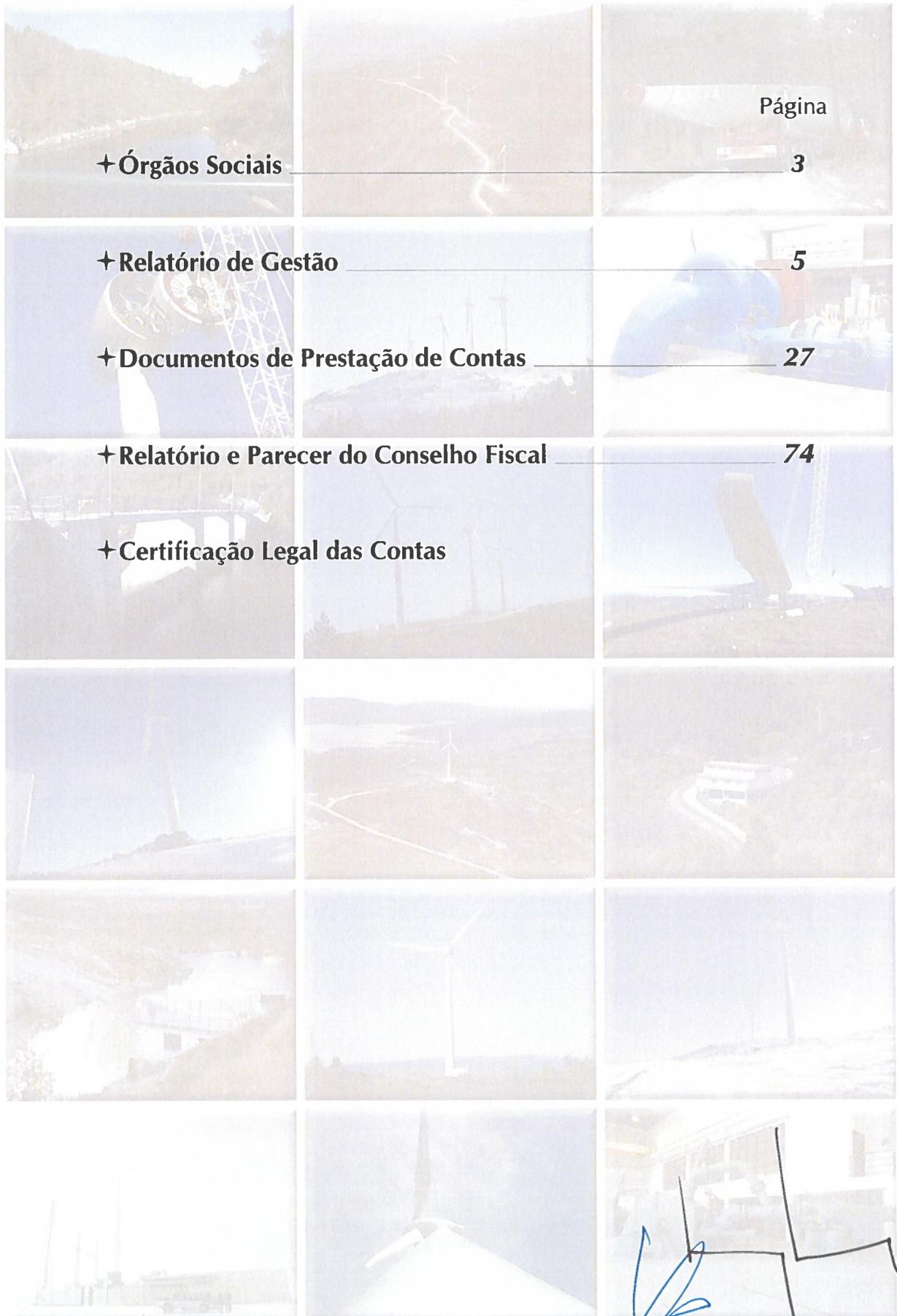


Relatório e Contas



2023

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Felix", is written over the bottom right corner of the page.



† Órgãos Sociais

Página

3

† Relatório de Gestão

5

† Documentos de Prestação de Contas

27

† Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

74

† Certificação Legal das Contas

Índice



ESTA PÁGINA FOI PROPOSITADAMENTE DEIXADA EM BRANCO

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Fernando Eirão Queiroga

Presidente

António Alberto Pires Aguiar Machado

Vice-presidente

Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida

Secretário

Conselho de Administração

Nuno Vaz Ribeiro

Presidente

Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves

Administrador

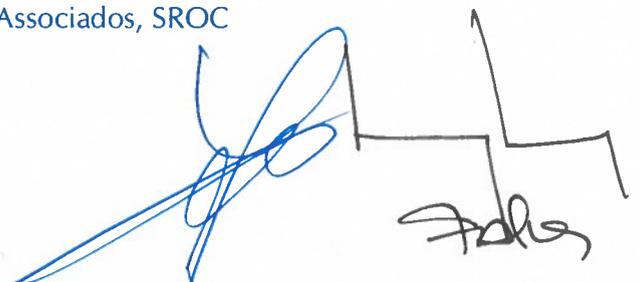
João Avelino Noronha Rodrigues de Carvalho

Administrador

Fiscal Único

Carlos de Jesus Pinto de Carvalho, em representação de

Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC



ESTA PÁGINA FOI PROPOSITADAMENTE DEIXADA EM BRANCO



 **Relatório de gestão**


ESTA PÁGINA FOI PROPOSITADAMENTE DEIXADA EM BRANCO

Índice

1. Introdução.....	9
2. Estrutura Societária.....	10
3. Evolução dos negócios	10
4. Centros Produtores.....	11
5. Evolução previsível da sociedade	17
6. Análise Económica e Financeira	17
6.1 Rendimentos.....	17
6.2. Gastos.....	19
7. Resultados.....	21
8. Indicadores Económicos e Financeiros	21
9. Proposta de Aplicação de Resultados.....	23
10. Processos Judiciais em Curso.....	24
11. Eventos Relevantes do Período	25
11.1 Acontecimentos Subsequentes.....	25
12. Notas Finais.....	25
13. Agradecimentos.....	26

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução da Produção - A. H. de Bragadas.....	12
Gráfico 2 - Evolução da Produção – P. E. do Alvão.....	13
Gráfico 3 - Evolução da Produção - P. E. Casa da Lagoa.....	14
Gráfico 4 – Evolução da Produção – P. E. Leiranco	14
Gráfico 5 - Evolução da Produção - P. E. Serra de Mairos I.....	15
Gráfico 6 - Evolução da Produção - P. E. Serra de Mairos II.....	16
Gráfico 7 - Estrutura dos Rendimentos	19
Gráfico 8- Estrutura dos Gastos	20
Gráfico 9 - Evolução dos Resultados	21

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Estrutura Societária	10
Tabela 2 - Variação da tarifa energia hídrica	12
Tabela 3 - Variação do Valor da Tarifa	16
Tabela 4- Volume de Negócios (valores em €).....	17
Tabela 5 - Outros Rendimentos (valores em €).....	18
Tabela 7 - Gastos do Período (valores em €)	20
Tabela 8 - Indicadores de Resultados	22
Tabela 9 - Indicadores de Rentabilidade	22
Tabela 10 - Indicadores de Equilíbrio Financeiro	23

PERÍODO DE 2023

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos do Art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais, submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão, Balanço e Contas do Período de 2023

1. Introdução

A EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A., doravante designada por EHATB ou sociedade, tem por objeto social as seguintes atividades:

- a) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana;
- b) Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado;
- c) Promoção e gestão de imóveis de habitação social;
- d) Produção de energia elétrica;
- e) Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal.

A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local.

A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares.

2. Estrutura Societária

O capital social da Empresa ascende a **900.000 €**, repartido da seguinte forma:

Tabela 1 - Estrutura Societária

Acionistas	Participação Direta no Capital		Direitos de Voto
	%	Valor (€)	%
<i>Município de Boticas</i>	16,66	150 000	16,66
<i>Município de Chaves</i>	16,66	150 000	16,66
<i>Município de Montalegre</i>	16,66	150 000	16,66
<i>Município de Ribeira de Pena</i>	16,66	150 000	16,66
<i>Município de Valpaços</i>	16,66	150 000	16,66
<i>Município de Vila Pouca de Aguiar</i>	16,66	150 000	16,66
Total	100	900 000	100

3. Evolução dos negócios

A atividade da sociedade em 2023 manteve como principal fonte de rendimentos a produção de energia elétrica, provenientes do Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, o qual contribuiu com 47,0% do total da faturação e dos Parques Eólicos de Mairós, Leiranco, Casa da Lagoa e do Parque Eólico do Alvão, os quais contribuíram com 53%.

À já referida atividade de produção de energia acresce a gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alva e a prestação de serviços de assessoria às empresas:

- Atberg - Eólica do Alto Tâmega e Barroso Lda.,
- Eólica de Atilhó, Lda.,

- Empresa Eólica do Barroso, Lda.,
- Eólica da Padrela Lda.,

E serviços de gestão integrada às empresas:

- Eólica de Montenegro, S.A;
- Eólica da Serra das Alturas, S.A;

Para além da atividade de produção de energia merecem também menção especial, as atividades previstas nos Contratos Programa, celebrados com os Municípios acionistas, designadamente a “Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana” e a “Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal”.

4. Centros Produtores

Desde a sua criação, as diversas Administrações procuraram ao longo dos anos seguir uma estratégia de diversificação dos negócios, com vista à criação de alicerces que permitiriam acrescentar valor à sociedade e atingir um nível elevado de rentabilidade para os acionistas, com a exploração dos centros produtores próprios, de energia hídrica e eólica, designadamente:

- **Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas**

O Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas localiza-se no Rio Beça, concelho de Ribeira de Pena. É constituído por uma barragem, uma conduta de derivação, um túnel, uma conduta forçada, uma central hidroelétrica, uma subestação e um canal de restituição. Com uma queda bruta de 140 m, foi concebido para turbinar um caudal máximo de 8,2 m³/s. É constituído por 2 grupos de geradores de 5 MW cada.

O aproveitamento produziu 46.215 MWh, mais 13.940 MWh que no ano anterior, o que corresponde a 5.266 horas equivalentes à potência máxima.

No ano de 2023 teve uma faturação superior à prevista para um ano médio, de mais 1.479.052 €, correspondendo a um volume de vendas de **5.258.254 €**, o que representa um aumento em relação a 2022 de +48,1%.

Gráfico 1 - Evolução da Produção - A. H. de Bragadas

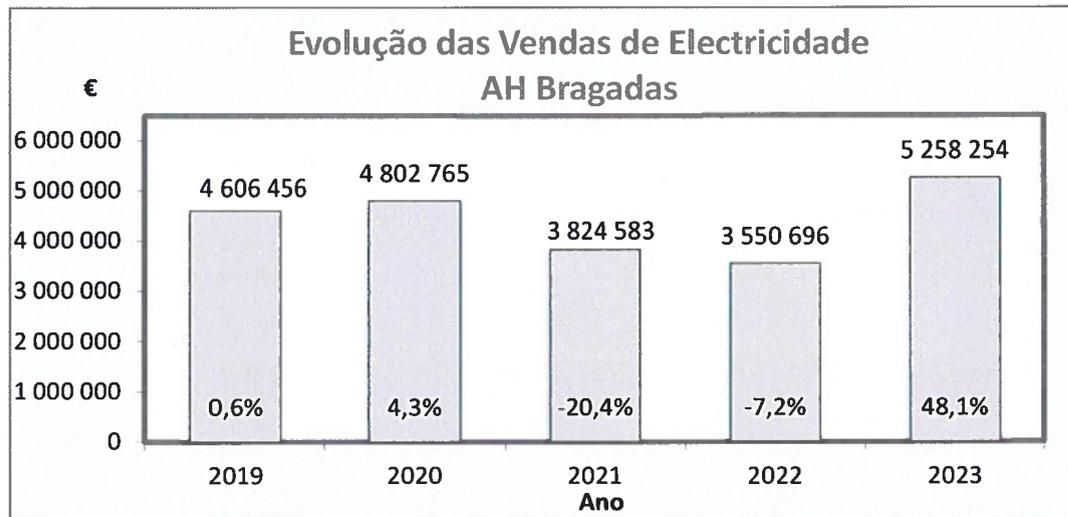


Tabela 2 - Variação da tarifa energia hídrica

Centro Produtor	2023			2022			Variação	
	MWh	Valor Faturado (€)	Valor médio MWh	MWh	Valor Faturado (€)	Valor médio MWh	Produção MWh	Faturação €
Bragadas	46 215	5 258 254	113,78	32 275	3 550 696	110,01	13 940	1 707 558

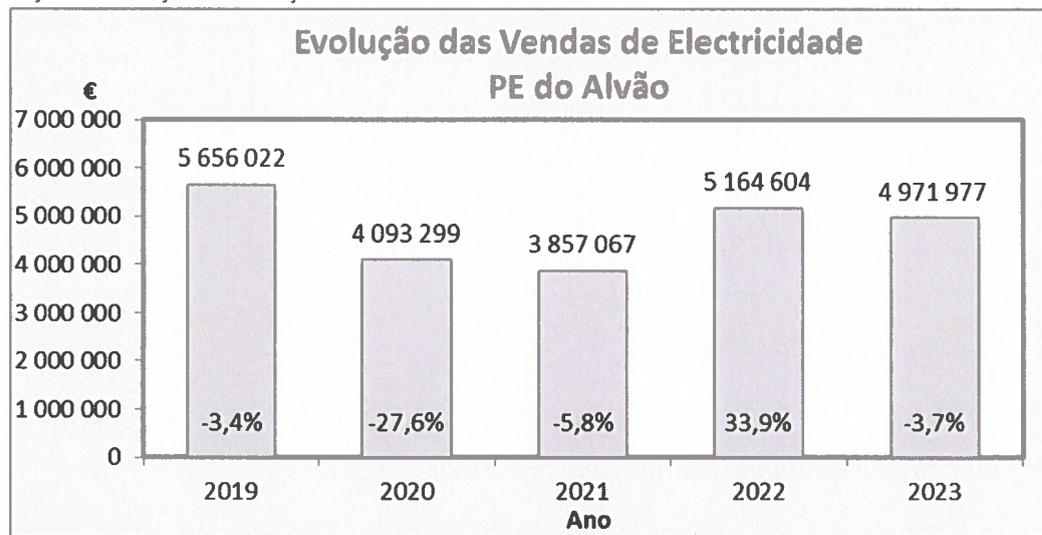
Conforme se verifica no mapa, acima, o valor médio por MWh, (valor da tarifa) no centro produtor de Bragadas aumentou, 3,42%, para um aumento da produção de 43,2%, de que resultou um aumento na faturação de 48,1%.

- Parque Eólico do Alvão**

O Parque Eólico do Alvão, localizado na Serra do Alvão, no concelho de Vila Pouca de Aguiar é constituído por 12 aerogeradores e 22,8 MW de potência instalada.

Em 2023 este Parque Eólico produziu 51.876 MWh, menos 4.292 MWh do que no ano anterior, o que correspondeu a 2.393 horas equivalentes à potência máxima, correspondendo a um volume de vendas de **4.971.977 €**, o que representa um decréscimo em relação a 2022 de 3,7%.

Gráfico 2 - Evolução da Produção – P. E. do Alvão

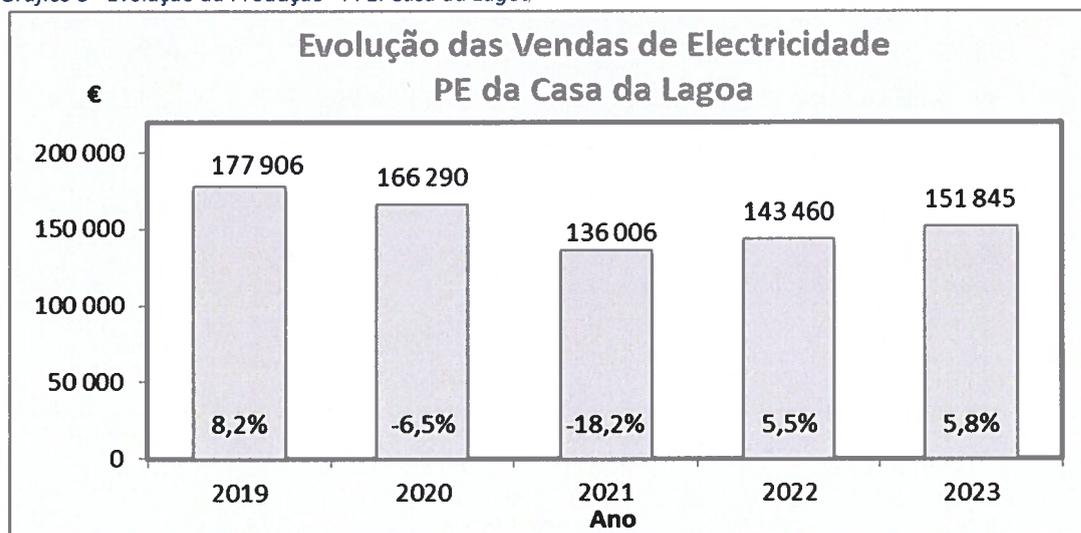


- **Parque Eólico da Casa da Lagoa**

O Parque Eólico da Casa da Lagoa, localizado na Serra da Padrela, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, é constituído por um aerogerador de 600 KW.

Em 2023 este Parque Eólico produziu 1.583 MWh, o que correspondeu a 2.486 horas equivalentes à potência máxima, correspondendo a um volume de vendas de **151.845 €**, o que representa um aumento em relação a 2022 de 5,8%.

Gráfico 3 - Evolução da Produção - P. E. Casa da Lagoa

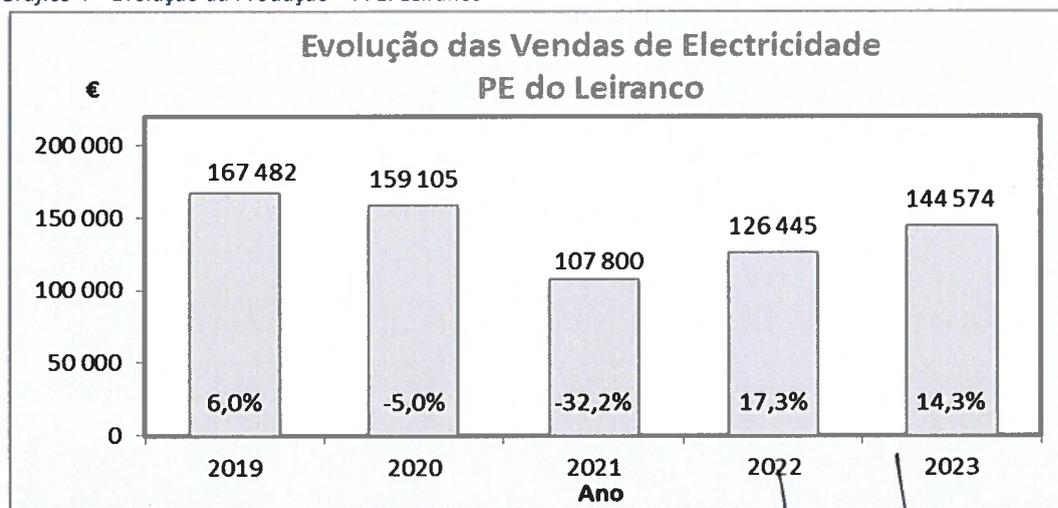


- **Parque Eólico do Leiranco**

O Parque Eólico do Leiranco, localizado na Serra do Leiranco, no concelho de Boticas, é constituído por um aerogerador de 600 KW.

Em 2023 este Parque Eólico produziu 1.509 MWh, o que correspondeu a 2.369 horas equivalentes à potência máxima, a que correspondeu um volume de vendas de **144.574 €**, o que representa um aumento em relação a 2022 de 14,3%.

Gráfico 4 – Evolução da Produção – P. E. Leiranco

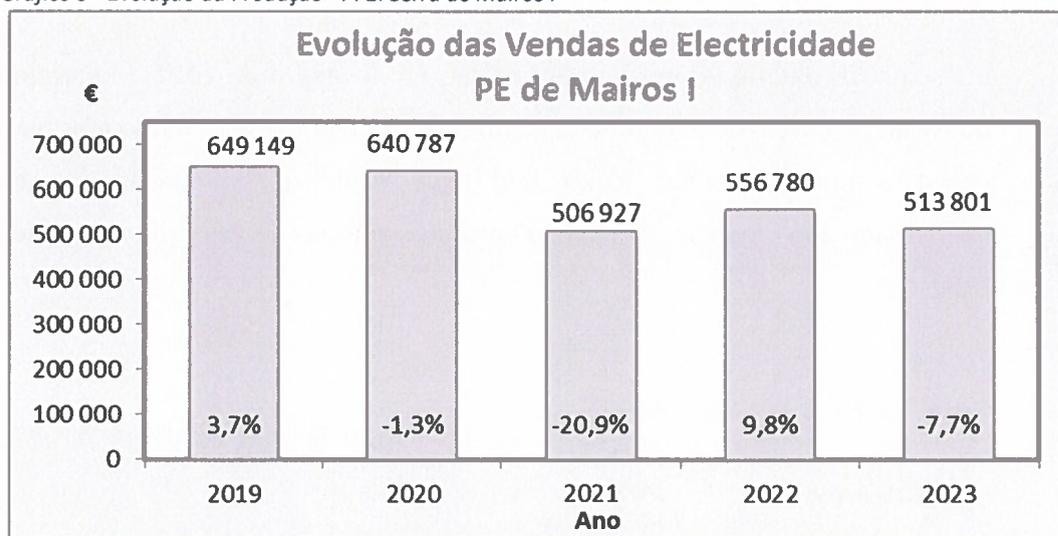


- **Parques Eólicos de Mairós**

O “Parque Eólico de Mairós I”, constituído por dois aerogeradores, um com 2 000 Kw e outro com 600 kW de potência, e do “Parque Eólico de Mairós II” constituído por um aerogerador com 600 kW de potência, ambos localizados junto ao marco geodésico de Mairós, na freguesia de Mairós, concelho de Chaves.

O Parque Eólico de Mairós I, produziu 5.344 MWh, o que correspondeu a 2.055 horas equivalentes à potência máxima, a que correspondeu um volume de vendas de **513.801 €**, o que representa um decréscimo em relação a 2022 de 7,7%.

Gráfico 5 - Evolução da Produção - P. E. Serra de Mairós I



O Parque Eólico de Mairós II, produziu 1.595 MWh, o que correspondeu a 2.504 horas equivalentes à potência máxima, de que resultou num volume de vendas de **153.452 €**, o que representa um decréscimo em relação a 2022 de 6,9%.

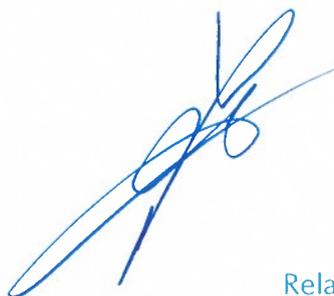
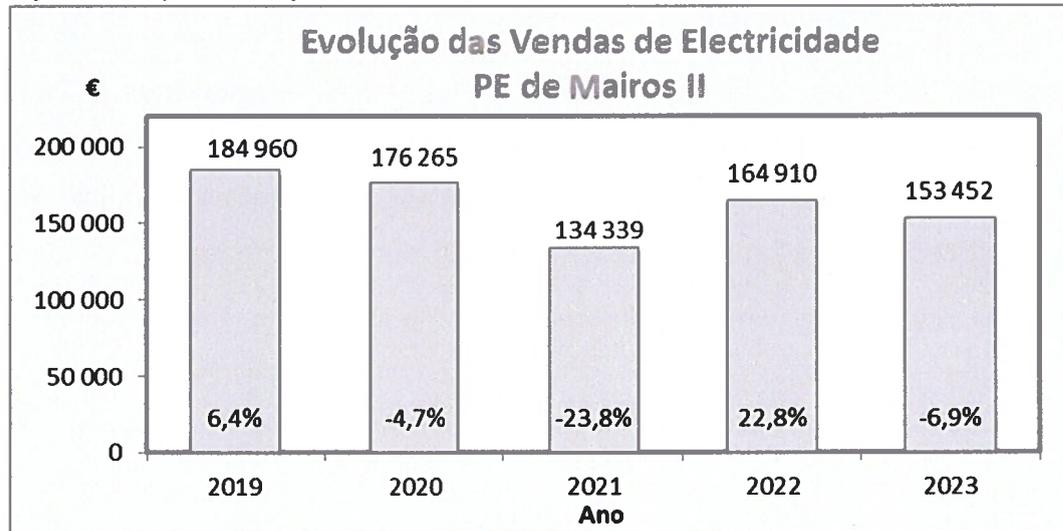



Gráfico 6 - Evolução da Produção - P. E. Serra de Mairos II



Estes centros eletroprodutores viram cessar, em fevereiro de 2021, (o Parque Eólico do Alvão já em 2020), a remuneração original por *feed-in-tariff*, tendo transitado para o regime previsto no DL 35/2013, de que resulta a continuação de venda de eletricidade ao comercializador de último recurso, mas ao valor de *floor* previsto no citado DL.

Tabela 3 - Variação do Valor da Tarifa

Centro Produtor	2023			2022			Variação	
	MWh	Valor Faturado (€)	Valor médio MWh	MWh	Valor Faturado (€)	Valor médio MWh	Produção MWh	Faturação €
Mairos I	5 344	513 801	96,15	6 036	556 780	92,24	-692	-42 979
Mairos II	1 595	153 452	96,21	1 790	164 910	92,13	-195	-11 458
Leiranco	1 509	144 574	95,81	1 374	126 445	92,03	135	18 129
Casa da Lagoa	1 583	151 845	95,92	1 560	143 460	91,96	23	8 385
Alvão	51 876	4 971 977	95,84	56 167	5 164 604	91,95	-4 291	-192 626
TOTAL	61 907	5 935 650	95,84	66 927	6 156 200	91,95	-5 020	-220 550

Conforme se verifica no mapa, acima, embora, o valor médio por MWh, (valor da tarifa) nos centros produtores de energia Eólica tenha aumentado, na globalidade, 4,26%, o valor da faturação sofreu uma queda de 3,58%, para uma diminuição da produção em 7,5%.

5. Evolução previsível da sociedade

A empresa irá continuar com o desenvolvimento das atividades relacionadas com a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, dos Parques Eólicos da Casa da Lagoa, da Serra do Leiranco, da Serra de Mairós I e II, e do Alvão, da gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alva e ainda da prestação de serviços de assessoria, às empresas, ATBERG, Eólica de Atilhó, Eólica do Barroso, Eólica da Padrela, Eólica da Serra das Alturas e Eólica de Montenegro, participadas pelos Municípios, acionistas da EHATB, o que assegurará a continuação de um desempenho rentável e o cumprimento dos contratos programa celebrados com os municípios acionistas.

6. Análise Económica e Financeira

6.1 Rendimentos

Os rendimentos da sociedade traduzem-se na venda de energia à SU Eletricidade e à prestação de serviços de assessoria técnica, serviços administrativos e de contabilidade às entidades, conforme detalhadas na tabela abaixo.

Tabela 4- Volume de Negócios (valores em €)

Volume de Negócios	31-dez-2023	31-dez-2022	Variação	
Vendas	11 193 904	9 706 896	1 487 008	15,3%
A. H. de Bragadas	5 258 254	3 550 696	1 707 558	48,1%
Energia Eólica	5 935 650	6 156 200	-220 550	-3,6%
Parque Eólico da Serra de Mairós I	513 801	556 780	-42 979	-7,7%
Parque Eólico da Serra de Mairós II	153 452	164 910	-11 458	-6,9%
Parque Eólico do Leiranco	144 574	126 445	18 129	14,3%
Parque Eólico da Casa da Lagoa	151 845	143 460	8 385	5,8%
Parque Eólico do Alvão	4 971 977	5 164 604	-192 626	-3,7%
Prestação de Serviços	307 627	424 280	-116 653	-27,5%

Volume de Negócios	31-dez-2023	31-dez-2022	Variação	
Município de Ribeira de Pena	70 782	70 782	0	0,0%
ATBERG - Eólicas de Trás-os-Montes	56 033	46 229	9 805	21,2%
Eólica do Barroso	5 172	4 783	388	8,1%
Eólica da Padrela	5 172	4 783	388	8,1%
Eólica de Atilhó	14 382	13 339	1 043	7,8%
Eólica da Serra das Alturas	55 745	101 558	-45 813	-45,1%
Eólica de Montenegrolo	100 341	182 805	-82.464	-45,1%
Total Volume de Negócios	11 501 531	10 131 176	1 370 355	13,5%

No período em apreço, o total das vendas da energia à SU Eletricidade, atingiu **11.193.904 €**, tendo sido fortemente influenciado pela exploração do Parque Eólico do Alvão (4.971.977 €) e do Aproveitamento Hidroeléctrico de Bragadas (5.258.254 €) cuja faturação, no conjunto, se cifrou em **10.230.231 €**.

A prestação de serviços que representa, somente, 2,6% do volume de negócios sofreu uma queda de 116.653 €, em resultado, entre outros, do registo, em 2022, da prestação de serviços relativo a 2021 nas empresas "Eólica da Serra das Alturas e Eólica de Montenegrolo".

Também contribuíram para os rendimentos deste período:

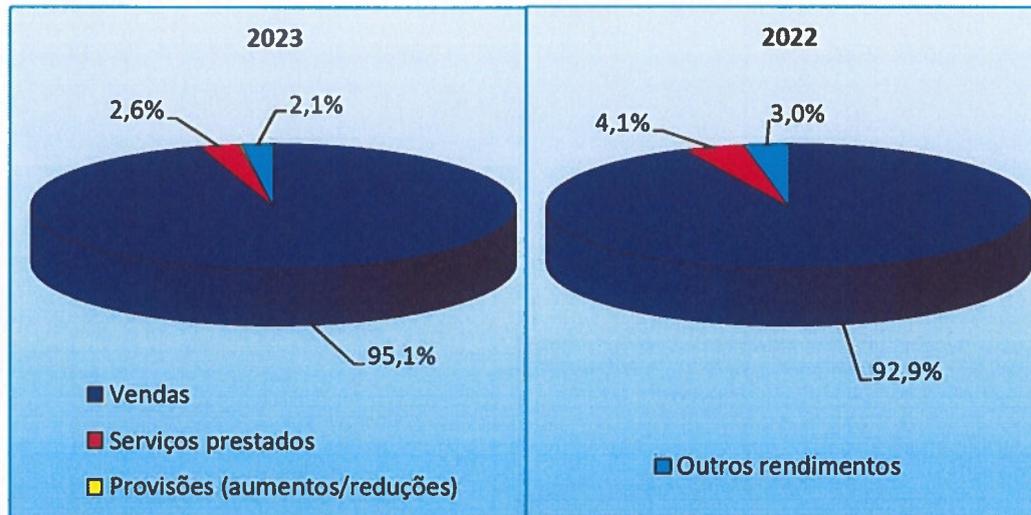
Tabela 5 - Outros Rendimentos (valores em €)

Outros Rendimentos e Ganhos	31-Dez-2023	31-Dez-2022	Variação	
Reversão de Provisões	18 718	0,00	18 718	-
Revisão de Preços - Reversão	18 718	0	18 718	-
Outros Rendimentos e Ganhos	252 474	313 293	-60 819	-19,4%
Correções relativos a períodos anteriores	634	5 332	-4 698	-88,1%
Subsídios ao investimento	251 420	251 420	0	0,0%
Outros Não Especificados	419	56 541	-56 121	-99,3%
Total	271 192	313 293	-42 101	-13,4%

Nestes termos os rendimentos globais da sociedade foram superiores em 12,7% face ao período anterior, cifrando-se nos **11.772.722 €**.

6.1.1. Estrutura dos Rendimentos

Gráfico 7 - Estrutura dos Rendimentos



Como se pode verificar pela análise do gráfico, acima, as vendas de energia dos centros produtores “Hídricos e Eólicos” são a principal fonte de rendimento da empresa, contribuindo com um peso relativo no total dos rendimentos de **95,1%**.

6.2. Gastos

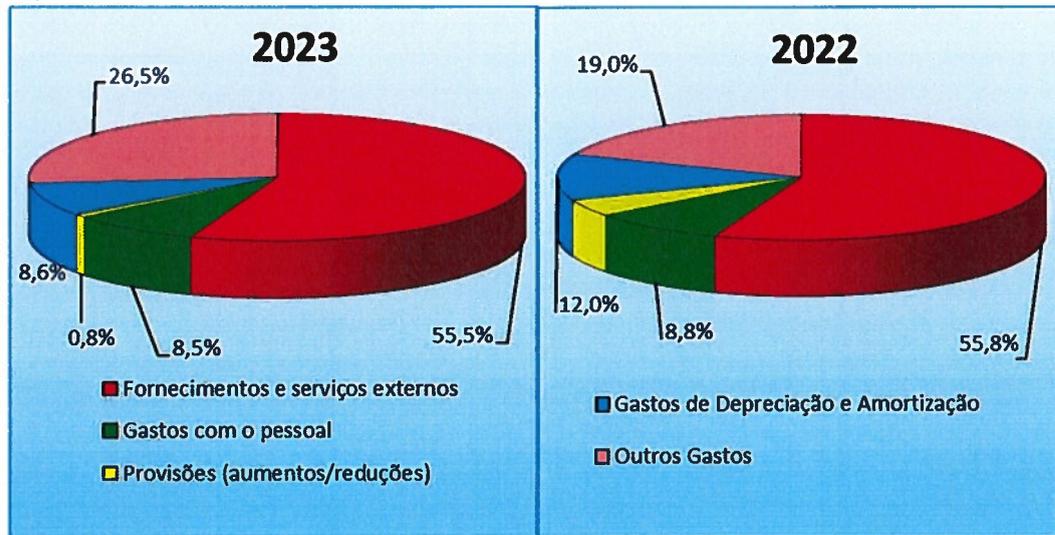
Os gastos registados no período, no montante de **8.895.794 €**, sem impostos, traduzem os dispêndios associados quer à atividade de produção de energia quer à satisfação dos objetivos traçados para a execução das atividades constantes dos contratos programa, os quais tiveram um impacto no total dos gastos, de **3.274.981 €**.

Tabela 6 - Gastos do Período (valores em €)

Gastos	2023	2022	Variação	
Custo Das Matérias Consumidas	6 855	0	6 855	-
Fornecimentos e serviços externos	4 937 477	4 556 942	380 535	8,4%
Gastos com o pessoal	754 944	721 357	33 587	4,7%
Provisões (aumentos)	71 991	363 349	-291 358	-80,2%
Gastos de Depreciação e Amortização	765 130	976 272	-211 142	-21,6%
Outros Gastos	2 359 396	1 548 387	811 009	52,4%
TOTAL	8 895 794	8 166 306	729 487	8,9%

Estrutura de Gastos

Gráfico 8- Estrutura dos Gastos



Comparando os dois gráficos, verificamos que a estrutura dos gastos se mantém, face ao ano anterior, praticamente igual, com as rubricas "Fornecimentos e Serviços Externos", "Outros Gastos e Perdas", e "Gastos de Depreciações e Amortizações" por si só, a contribuírem com **90,6%** do total dos gastos e perdas.

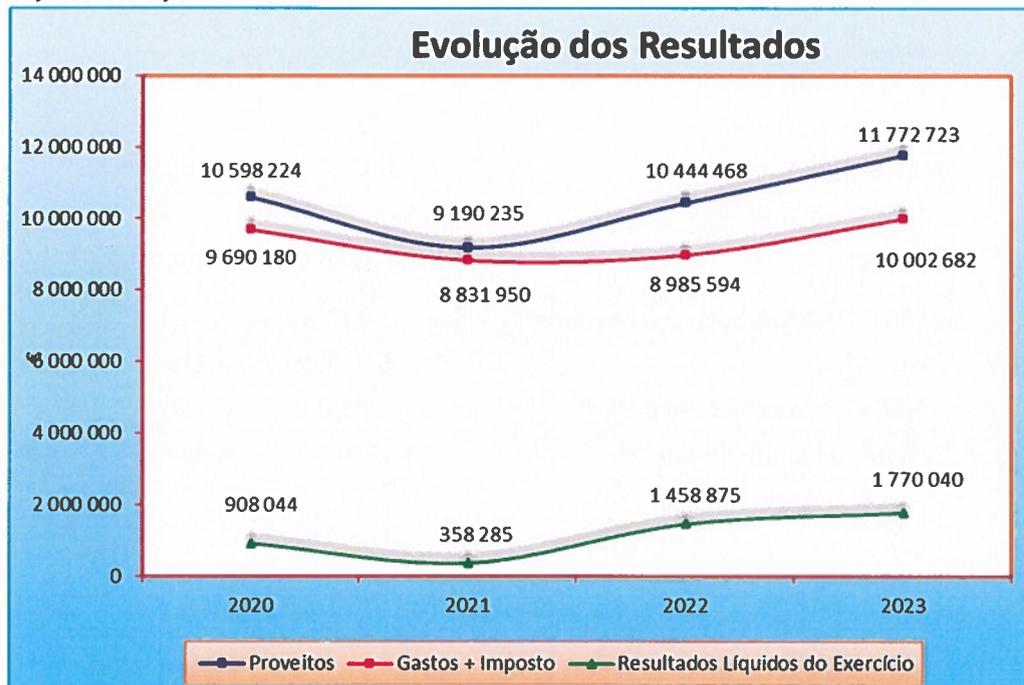
F. Alves

Relatório e Contas 2023
Relatório de Gestão

7. Resultados

O resultado líquido do período, tendo em conta os fatores atrás referidos, registou um aumento, face ao ano anterior, de 311.165 €. Para este resultado contribui o aumento do volume de negócios em 1.370.355 €, e o aumento dos gastos, sem impostos, em 729.487 €, comparativamente ao ano anterior.

Gráfico 9 - Evolução dos Resultados



O Imposto sobre o rendimento (IRC) atingiu, neste período, o montante de **1.106.888** €, traduzindo-se numa taxa efetiva de **38,5%**.

8. Indicadores Económicos e Financeiros

O desempenho da empresa pode ser avaliado através da análise aos rácios que se apresentam nos quadros abaixo.

Ao nível operacional, e comparativamente a 2022, destaca-se o aumento do volume de negócios em 13,5% e o aumento dos gastos operacionais em 8,9%.

Destas variações resultou um EBITDA, superior a 2022 em 387.625 € (+ 11,9%).

Tabela 7 - Indicadores de Resultados

INDICADORES DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2023	2022	Variação
Volume de Negócios	11 501 531	10 131 176	1 370 355
<i>taxa de crescimento</i>	<i>13,5%</i>	<i>16,3%</i>	
Outros Ganhos Operacionais	270 474	313 293	-42 819
<i>taxa de crescimento</i>	<i>-19,4%</i>	<i>-8,0%</i>	
Ganhos Totais	11 772 723	10 444 468	1 328 254
<i>taxa de crescimento</i>	<i>12,7%</i>	<i>13,6%</i>	
Gastos Operacionais	8 895 794	8 166 306	729 487
<i>taxa de crescimento</i>	<i>8,9%</i>	<i>-3,1%</i>	
EBITDA	3 642 059	3 254 434	387 625
<i>% EBITDA: EBITDA/Volume de Negócios</i>	<i>31,7%</i>	<i>32,1%</i>	<i>11,9%</i>
EBIT	2 876 929	2 278 162	598 767
<i>% EBIT: EBIT/Volume de Negócios</i>	<i>25,0%</i>	<i>22,5%</i>	<i>26,3%</i>
Resultado líquido do período	1 770 040	1 458 875	311 166
<i>% RL/ (Volume de Negócios)</i>	<i>15,4%</i>	<i>14,4%</i>	<i>21,3%</i>

Em termos de rentabilidade, verificou-se um aumento na generalidade dos rácios, motivado, em especial, pelo aumento do volume de negócios, o que influenciou sobremaneira o resultado líquido do período. A variação no Free Cash Flow foi positiva em **2.034.872 €**, que comparativamente com o ano antecedente se traduziu numa variação positiva de **279.777 €**.

Tabela 8 - Indicadores de Rentabilidade

Indicadores de Rentabilidade	2023	2022	Variação
Resultado Líquido	1 770 040	1 458 875	311 166
Rentabilidade das Vendas:	15,8%	15,0%	0,8%
Rentabilidade do Ativo	12,4%	11,0%	1,4%
Rentabilidade dos capitais Próprios	17,3%	15,3%	2,0%
Free Cash Flow	2 034 872	1 755 094	279 777

Relativamente aos indicadores de “Equilíbrio Financeiro” temos:

Tabela 9 - Indicadores de Equilíbrio Financeiro

Indicadores de Equilíbrio Financeiro	2023	2022	Varição
Liquidez Geral:	4,4	4,3	-0,07
Liquidez Imediata	3,6	3,3	-0,31
Autonomia Financeira	71,8%	72,0%	-0,00
Solvabilidade	2,5	2,6	-3,5%
Endividamento ("Debt to Equity")	39,4%	38,8%	0,01

A sociedade atingiu, neste período, resultados antes de impostos positivos no montante 2.876.929 €, cumprindo, assim, com o disposto no artigo 40.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

9. Proposta de Aplicação de Resultados

A EHATB, EIM, SA. registou nas suas contas, preparadas de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração do Sistema de Normalização Contabilística, SNC, um resultado líquido positivo de **1.770.040,27 €**, para o qual, nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação:

- **Distribuição de Dividendos** **1.200.000,00€**
- **Reservas livres** **570.040,27€**



Relatório e Contas 2023
Relatório de Gestão

10. Processos Judiciais em Curso

No decurso do exercício de 2013 a EHATB foi objeto de Inspeção Tributária ao período de 2009. Na sequência desta inspeção, a AT desconsiderou o IVA suportado com as atividades de promoção da região, maioritariamente serviços de publicidade, por considerar que as mesmas não tinham qualquer relação com a atividade da empresa e nesse sentido foram efetuadas correções em sede de IVA, que a empresa impugnou tendo, embora, procedido ao pagamento das liquidações apresentadas.

Em 7 de fevereiro de 2018, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, *julgou improcedente* a impugnação judicial deduzida contra as liquidações adicionais de IVA referentes ao período de 2009. Sobre esta decisão o Conselho de Administração da EHATB, interpôs recurso para o TCAN. Aguarda-se prolação de acórdão do TCAN.

Em 2014, a EHATB apresentou reclamação da autoliquidação do IRC de 2013, por não concordar com o enquadramento jurídico-tributário da menos valia apurada, em resultado da transmissão, a título gratuito, de participações sociais, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 68.º da lei 50/2012, de 31 de agosto.

Relativamente a este processo, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela julgou improcedente a impugnação judicial nos seguintes termos:

“o Tribunal considera, que a perda decorrente da menos-valia registada, no período de 2013, por alienação gratuita das participações sociais de entidades independentes produtoras de energia eólica, detidas pela EHATB, não deveria ser tratada como gasto fiscalmente dedutível, por não se considerar como um custo indispensável à realização dos proveitos sujeitos a imposto ou para a manutenção produtiva, de acordo com o artigo 23.º do Código do IRC (na redação à data dos factos).

O entendimento do Tribunal baseia-se na conclusão segundo a qual a EHATB não estava obrigada a transmitir aos acionistas as participações por ela detidas nas sociedades, nem a lei impunha que a alienação fosse a título gratuito. Acresce que, na ótica daquele Tribunal, atendendo ao objeto da EHATB, as ditas alienações não são indispensáveis à obtenção dos proveitos

nem a natureza de tais alienações apresentam relação com o escopo societário da mesma.”

O Conselho de Administração da EHATB, entende que o desfecho destas ações e eventuais revisões e correções às declarações fiscais dos períodos, em período de revisão, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras agora em apreço.

11. Eventos Relevantes do Período

11.1 Acontecimentos Subsequentes

Não ocorreram, após 31 de dezembro de 2023, e até à data de hoje, quaisquer acontecimentos, para além do transcrito no ponto anterior que mereçam menção.

A Entidade não está exposta a riscos que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira nem na continuidade das suas operações.

As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que se entende que as obrigações assumidas não são geradoras de responsabilidades que não possam ser regularmente suportadas autonomamente.

Cumprir à Entidade apresentar, em relação a 31 de dezembro de 2023, “Relatório de Execução Orçamental”, correspondente ao 4.º Trimestre de 2023.

Nesse relatório constam discriminadas as diferentes contas de balanço e de demonstração de resultados e respetivos comparativos com os valores orçados.

Nestas circunstâncias remete-se a informação detalhada do período para o referido documento.

12. Notas Finais

De referir que, no período, não se registaram quaisquer operações sobre ações próprias.

Igualmente não foram concedidas autorizações ao abrigo do Art.º 397 do Código das Sociedades Comerciais para negócios entre a Sociedade e seus Administradores.

No final do período não existiam quaisquer dívidas ao Estado e à Segurança Social, em situação de mora.

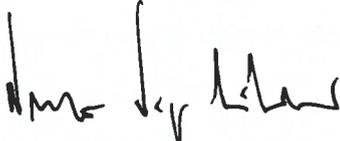
13. Agradecimentos

Não pode o Conselho de Administração terminar sem uma palavra de agradecimento:

- Aos colaboradores, por todo o seu esforço e dedicação;
- Ao Grupo EDP pela colaboração e apoio demonstrado;
- Ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração prestada;
- Aos acionistas pela confiança depositada.

Ribeira de Pena, 14 de fevereiro de 2024

O Conselho de Administração



Nuno Vaz Ribeiro, Presidente



Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Administradora



João Avelino Noronha Rodrigues de Carvalho, Administrador



ESTA PÁGINA FOI PROPOSITADAMENTE DEIXADA EM BRANCO

Índice

I - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	31
II – BALANÇO.....	32
III - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	33
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	34
V - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	35
1 – Designação Da Entidade	37
2 – Referencial Contabilístico De Preparação Das Demonstrações Financeiras.....	37
3 - Políticas Contabilísticas, Apresentação e Mensuração	38
3.1 - Bases de apresentação e mensuração	38
3.2 - Principais Políticas Contabilísticas Adotadas.	38
3.3 - Preparação das Demonstrações Financeiras	48
4 - Fluxos de Caixa	49
5 – Vendas e Serviços Prestados.....	50
6 – Fornecimentos e Serviços Externos	51
7 – Gastos com o Pessoal	52
8 – Outros Rendimentos e Ganhos	52
9 – Outros Gastos e Perdas.....	53
10 – Imposto Sobre o Rendimento do Período	53
10.1 – Divulgação separada dos principais componentes de gasto de impostos:.....	53
10.2 – Impostos Diferidos.....	55
10.3 – A taxa efetiva de IRC.....	55
11 – Ativos Fixos Tangíveis	56
11.1 - Investimentos Implantados em Propriedade Alheia	58
12 - Ativos Intangíveis	60
13 – Outros Investimentos Financeiros	60
14 – Impostos Diferidos.....	61
15 – Clientes	62
16 - Outros Créditos a Receber	62
17 – Diferimentos.....	63
18 – Capital Próprio	64
19 – Provisões	65
20 – Outras Dívidas a Pagar – Não Correntes.....	66
21 – Fornecedores.....	67
22 – Estado e Outros Entes Públicos	67
23 - Outras Dívidas a Pagar - Correntes	68
24 - Divulgações Exigidas Por Diplomas Legais	69
25 - Descrição Das Responsabilidades Da Empresa Por Garantias Prestadas	70
26 – Ativos e Passivos Contingentes	70
27 - Acontecimentos após a data do balanço	72

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Disponibilidades (valores em euros)	49
Tabela 2- Depósitos Bancários a Prazo (valores em euros)	50
Tabela 3 - Volume de Negócios (valores em €)	50
Tabela 4 - Fornecimentos e Serviços Externos (valores em €)	51
Tabela 5 - Gastos Com Pessoal (valores em €)	52
Tabela 6 - Outros Rendimentos (valores em €)	52
Tabela 7 - Outros Gastos e Perdas (valores em €)	53
Tabela 8 - Decomposição do Imposto Corrente (valores em €)	54
Tabela 9 - Impostos Diferidos Ativos e Passivos (valores em €)	55
Tabela 10 - Taxa Efetiva de IRC (valores em €)	56
Tabela 11- Ativo Bruto Tangível (valor em €)	56
Tabela 12 - Depreciações Acumuladas (valor em €)	57
Tabela 13 - Depreciações Acumuladas (valores em euros)	57
Tabela 14 - Ativo Bruto Intangível (valores em €)	60
Tabela 15 - Amortizações Acumuladas (valores em €)	60
Tabela 16 - Ativo Líquido Intangível (valores em €)	60
Tabela 17- Fundo de Compensação (valores em €)	61
Tabela 18 - Impostos Diferidos (valores em euros)	62
Tabela 19 - Clientes (valores em euros)	62
Tabela 20 - Devedores por acréscimos (valores em €)	62
Tabela 21 - Gastos a Reconhecer (valores em €)	63
Tabela 22 - Composição do Capital Social	64
Tabela 23 – Provisões (valores em €)	65
Tabela 24 - Detalhe da rubrica Outras Dividas a Pagar Não Correntes (valores em €)	66
Tabela 25 – Fornecedores (valores em €)	67
Tabela 26 - Impostos e outras contribuições a pagar (valores em €)	68
Tabela 27 - Outras dividas a pagar (valores em €)	68
Tabela 28 - Honorários ROC (valores em €)	69

I - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		31-Dez-2023	31-Dez-2022
Volume de negócios	5	11 501 530,54	10 131 175,77
Vendas		11 193 903,50	9 706 895,83
Serviços prestados		307 627,04	424 279,94
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-6 855,29	
Fornecimentos e serviços externos	6	-4 937 476,77	-4 556 941,52
Gastos com o pessoal	7	-754 943,73	-721 356,62
Provisões (aumentos/reduções)	18	-53 273,07	-363 349,05
Outros rendimentos	8	252 473,61	313 292,70
Outros gastos	9	-2 359 396,40	-1 548 387,26
EBITDA		3 642 058,89	3 254 434,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	11 e 12	-765 130,22	-976 271,98
EBIT		2 876 928,67	2 278 162,04
Resultado antes de impostos		2 876 928,67	2 278 162,04
IRC	10.1	-1 120 634,39	-898 149,34
Imposto Diferido	10.2	13 745,99	78 861,95
Resultado líquido do período		1 770 040,27	1 458 874,65

II – BALANÇO

BALANÇO			
ATIVO	Notas	PERÍODOS	
		31-Dez-2023	31-Dez-2022
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2-A; 11	939 589,12	1 422 775,78
Ativos intangíveis	3.2-B; 12	1 600 653,94	1 880 856,22
Outros Investimentos financeiros	13	7 045,05	6 626,14
Ativos por impostos diferidos	14	164 831,49	151 085,50
SOMA		2 712 119,60	3 461 343,64
Ativo corrente			
Inventários		44 578,92	48 393,51
Clientes	15	59 786,61	47 746,77
Estado e outros entes públicos	22	1 087,29	632,20
Outros créditos a receber	16	1 625 378,72	1 905 254,72
Diferimentos	17	211 029,45	238 172,13
Caixa e depósitos bancários	4	9 603 766,84	7 568 895,21
SOMA		11 545 627,83	9 809 094,54
TOTAL DO ATIVO		14 257 747,43	13 270 438,18
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito		900 000,00	900 000,00
Reservas legais	18	1 118 811,18	1 118 811,18
Outras reservas		5 739 408,68	5 180 534,03
Outras variações no capital próprio		701 994,24	900 615,90
SOMA		8 460 214,10	8 099 961,11
Resultado líquido do período		1 770 040,27	1 458 874,65
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		10 230 254,37	9 558 835,76
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	19	992 520,91	939 247,84
Outras dívidas a pagar	20	401 952,47	491 850,72
SOMA		1 394 473,38	1 431 098,56
Passivo corrente			
Fornecedores	21	876 276,10	333 997,09
Estado e outros entes públicos	22	1 201 437,61	1 358 020,61
Outras dívidas a pagar	23	555 305,97	588 486,16
SOMA		2 633 019,68	2 280 503,86
TOTAL DO PASSIVO		4 027 493,06	3 711 602,42
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		14 257 747,43	13 270 438,18

III - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DESCRIÇÃO	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO						Unidade Monetária: Euro	
	Capital Subscrito	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos / Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio	
A 1 de Janeiro de 2022	900 000,00	1 118 811,18	5 180 509,04	0,00	1 099 237,52	358 284,99	8 656 842,73	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação de Resultados			24,99	358 260,00		-358 284,99	0,00	
Outras Alteração no Capital próprio					-198 621,62		-198 621,62	
Resultado líquido do período	0,00	0,00	24,99	358 260,00	-198 621,62	-358 284,99	-198 621,62	
Resultado integral						1 458 874,65	1 458 874,65	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL						1 100 589,66	1 100 589,66	
Distribuição de Dividendos				-358 260,00			-358 260,00	
A 31 de Dezembro de 2022	900 000,00	1 118 811,18	5 180 534,03	0,00	900 615,90	1 458 874,65	9 558 835,76	
A 1 de Janeiro de 2023	900 000,00	1 118 811,18	5 180 534,03	0,00	900 615,90	1 458 874,65	9 558 835,76	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação de Resultados			558 874,65	900 000,00		-1 458 874,65	0,00	
Outras Alteração no Capital próprio					-198 621,66		-198 621,66	
Resultado líquido do período	0,00	0,00	558 874,65	900 000,00	-198 621,66	-1 458 874,65	-198 621,66	
Resultado integral						1 770 040,27	1 770 040,27	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL						311 165,62	311 165,62	
Distribuição de Dividendos				-900 000,00			-900 000,00	
A 31 de dezembro de 2023	900 000,00	1 118 811,18	5 739 408,68	0,00	701 994,24	1 770 040,27	10 230 254,37	

IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		
	PERÍODOS	
	31-dez-2023	31-dez-2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	14 502 551,43	11 760 611,74
Pagamentos a fornecedores	-4 637 339,30	-5 232 868,20
Pagamentos ao pessoal	-744 012,19	-690 256,02
Caixa gerada pelas operações	9 121 199,94	5 837 487,52
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-1 274 274,34	-282 121,93
Outros recebimentos/pagamentos	-4 910 233,97	-3 437 739,84
Fluxos de caixa das atividades operacionais (A)	2 936 691,63	2 117 625,75
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-1 820,00	-4 271,48
Recebimentos provenientes de:		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (B)	-1 820,00	-4 271,48
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Dividendos	-900 000,00	-358 260,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (C)	-900 000,00	-358 260,00
Varição de caixa e seus equivalentes (A+B+C)	2 034 871,63	1 755 094,27
Caixa e seus equivalentes no início do período	7 568 895,21	5 813 800,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9 603 766,84	7 568 895,21

A Contabilista Certificada



Maria Leonor Ferreira Marques

(CC 40235)

O Conselho de Administração



Nuno Vaz Ribeiro - Presidente

Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves - Administradora



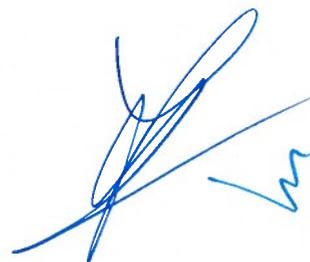
João Avelino Noronha Rodrigues de Carvalho - Administrador



V - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Esta página foi propositadamente deixada em branco



1 — Designação Da Entidade

EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA., foi constituída por escritura pública em 30 de julho de 1989, com sede na Rua D. Nuno Alvares Pereira, freguesia de Salvador, Vila e Município de Ribeira de Pena, nº de Identificação de pessoa coletiva 502227842, e registada na Conservatória do Registo Comercial de Ribeira de Pena sob o nº 502227842, ao abrigo do artigo 19º da lei 50/2012 de 31 de agosto a empresa passou a integrar o setor empresarial local.

Em resultado da adaptação da mencionada lei a denominação da empresa passou para EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA e passou a ter o seguinte objeto social:

“Produção de energia elétrica; Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; Promoção e gestão de imóveis de habitação social; Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal. A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local. A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares.”

2 — Referencial Contabilístico De Preparação Das Demonstrações Financeiras

Para os exercícios até, e incluindo o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a empresa preparou as suas demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano Oficial de Contas (POC). Decorrente da aprovação do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, estas demonstrações financeiras do exercício foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações.

3 - Políticas Contabilísticas, Apresentação e Mensuração

3.1 - Bases de apresentação e mensuração

Na preparação destas Demonstrações Financeiras foram usadas as seguintes bases de apresentação e mensuração:

Bases de Apresentação: as demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Bases de Mensuração: As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico.

As políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e descritas nas respetivas notas anexas.

3.2 - Principais Políticas Contabilísticas Adotadas.

Na preparação destas Demonstrações Financeiras foram adotadas as seguintes políticas contabilísticas:

A - Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009, data da transição para as NCRF, encontram-se registados ao custo histórico, deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

Os terrenos não são amortizados.

Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Base de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações acumuladas, calculadas de acordo com a vida útil esperada.

b) Métodos de depreciação usados;

As depreciações são calculadas tendo por base a quantia depreciável dos bens pelo método da linha reta e imputadas aos resultados do período numa base sistemática ao longo da vida útil do bem, a qual é determinada tendo em consideração o período esperado de utilização do ativo.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o respetivo gasto possa ser mensurado com fiabilidade.

Os demais dispêndios com reparação e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Perdas por Imparidade" da demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

B – Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles fluam, para a empresa, benefícios económicos futuros, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos, pelo método da linha reta, de uma forma consistente, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

O período de amortização e o método de amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida são revistos no final de cada período.

Atividades de concessão da empresa

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços.

Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de março de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data.

No caso da EHATB, o primeiro exercício após a data de entrada em vigor mencionada é o exercício de 2010, pelo que a empresa adotou a IFRIC 12 para efeitos comparativos com referência a 1 de janeiro de 2009. A IFRIC 12 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

- Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registo de um ativo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

- Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) afetas à concessão e resulta no registo de um ativo intangível.

- Modelo misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Os ativos intangíveis afetos a concessões são amortizados de acordo com a respetiva vida útil durante o período da concessão.

A empresa procede a testes de imparidade relativamente aos ativos intangíveis afetos a concessões sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

No negócio da EHATB, a IFRIC 12 é aplicável à concessão atribuída ao Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, sendo aplicável o “Modelo de Ativo Intangível”.

C – Instrumentos Financeiros

Políticas contabilísticas

É política da empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A empresa mensura ao custo, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento – a Euribor – ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

C₁ - Clientes e Outros Créditos a Receber

As contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. São originados quando a EHATB fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida. São incluídos nos ativos correntes, exceto quanto a maturidade superior a 12 meses após a data do balanço, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes.

Os saldos de clientes e outros ativos correntes são mensurados pelo valor nominal menos quaisquer perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado. Uma conta a receber encontra-se em imparidade quando existe evidência objetiva de que a empresa não irá receber os montantes em dívida tendo em conta as condições originais da conta a receber.

A perda por imparidade traduz-se na diferença entre a quantia escriturada e a quantia que se espera vir a ser recuperável. O montante da perda por imparidade

apurado é reconhecido nos resultados do período quando existe evidência objetiva de que a quantia escriturada já não é recuperável.

C₂ - Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método direto. A Empresa classifica na rubrica ‘Caixa e equivalentes de caixa’ os investimentos com vencimento a menos de seis meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

C₃ - Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros são reconhecidos pelo respetivo custo e desreconhecidos quando expiram os direitos de receber os respetivos fluxos de caixa ou quando a empresa transferiu para outra parte todos os riscos significativos e benefícios inerentes à posse do ativo financeiro.

Em cada data de balanço a empresa verifica a existência de evidência objetiva de imparidade e reconhece qualquer perda por imparidade apurada nos resultados do período. Quando, subsequentemente, se verifica que a perda por imparidade diminuiu ou já não existe, a empresa procede à sua reversão nos resultados do período, exceto quando a perda por imparidade se relaciona com instrumentos de capital próprio, não sendo a reversão, nestas situações, permitida.

D - Regime do Acréscimo - Especialização de Exercícios

Os rendimentos e os gastos, assim como as outras componentes positivas ou negativas do lucro tributável, são imputáveis ao período de tributação em que sejam obtidos ou suportados, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o regime de periodização económica.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras Dividas a Pagar", "Outros Créditos a Receber" e/ ou "Diferimentos".

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

E - Rédito

Os réditos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes e sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os réditos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

F - Subsídios E Outros Apoios das Entidades Públicas

Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

De acordo com os §§ 12 e 16 da NCRF 22, os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com via útil indefinida devem ser inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente, ser mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade ou se requererem o cumprimento de alguma obrigação, caso em que serão reconhecidos como rendimento durante os períodos que suportam o custo de satisfazer tal obrigação.

Consequentemente: (i) a quantia escriturada daqueles ativos não é afetada pelo subsídio com eles relacionado; e (ii) o subsídio é reconhecido como rendimento nas demonstrações dos resultados dos períodos que suportam o custo de satisfazer tal obrigação, ou nos períodos em que se torne necessário compensar qualquer perda por imparidade.

Aquando do seu registo inicial, o subsídio prefigura um aumento nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de aumento de ativos (meios líquidos ou contas a receber) que resulta em aumento do capital próprio (§ 12 da NCRF 22). Embora satisfaça, assim, a definição de rendimento (§ 69 da Estrutura Conceptual), não é incluído na demonstração dos resultados à data do registo inicial, mas apenas nas demonstrações dos resultados dos períodos subsequentes em que seja necessário para balanceá-lo com os gastos relacionados.

G – Provisões

São constituídas provisões, no balanço, sempre que exista uma obrigação presente (legal ou implícita), decorrente de um facto passado, da qual se espera que resulte um pagamento futuro. São estimadas quando existe um levado grau de probabilidade de ocorrência e o seu montante possa ser fiavelmente estimado.

H - Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período engloba o imposto corrente e o imposto diferido.

O imposto corrente é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O **imposto corrente** é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os **impostos diferidos** são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos ativos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculadas e anualmente avaliadas utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas, por um período de quatro anos, a eventuais correções por parte da Administração Fiscal, (cinco anos para a segurança social).

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspeção e ajustamentos, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos cinco períodos de tributação posteriores. No entanto, a dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70 % do respetivo lucro tributável, nos termos do artigo 52.º do CIRC.

É convicção da Administração, que eventuais correções resultantes da revisão/inspeção, por parte da Administração Tributária, à situação fiscal e parafiscal da Empresa em relação aos exercícios em aberto não terão um efeito material nas demonstrações financeiras.

I – Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, no período em que os dividendos são aprovados pelos acionistas e até ao momento da sua liquidação.

J - Classificação de Balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados, também, como não correntes.



K – Reservas

Reserva Legal

A legislação comercial portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

L – Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3 - Preparação das Demonstrações Financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, preparadas de acordo com as NCRF, não foram efetuados juízos de valor, nem utilizados pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Não estão previstas quebras de atividade nem alterações que envolvam risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o próximo ano.

O Conselho de Administração considera que as decisões tomadas e as escolhas por si efetuadas foram as mais apropriadas, em relação a eventuais alternativas existentes aos tratamentos contabilísticos que foram adotados pela Empresa.

Nessas circunstâncias, as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada, a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

4 - Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, a rubrica “Caixa” inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

O montante apresentado em caixa e depósitos bancários decompõe-se do seguinte modo:

Tabela 1 - Disponibilidades (valores em euros)

Disponibilidades	31-dez-2023	31-dez-2022	Variação	
Caixa	1 711	657	1 054	160,33%
Numerário	1 711	657	1 054	160,33%
Depósitos bancários	3 602 056	7 568 238	-3 966 182	-52,41%
Depósitos à ordem	3 016 581	7 030 395	-4 013 814	-57,09%
Outros depósitos bancários	585 475	537 843	47 632	8,86%
Depósitos a Prazo	6 000 000			-
Caixa e depósitos bancários	9 603 767	7 568 895	-3 965 128	-52,39%

A rubrica “**Outros depósitos bancários**” titula os valores retidos aos fornecedores, a título de cauções, a que aludem os artigos 88.º, 89.º e 295.º do Código de Contratos Públicos.

4.1 - Quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso.

Em outubro, do corrente período, foram efetuados depósito a prazo, nos seguintes termos:

Tabela 2- Depósitos Bancários a Prazo (valores em euros)

Depósitos a Prazo	31-dez-2023	taxa	Prazo	Vencimento
Não Mobilizável	3 000 000	3,55	6 meses	24-mar-2024
Mobilizável	2 000 000	3,45	6 meses	24-mar-2024
Mobilizável	1 000 000	3,45	6 meses	24-mar-2024
Total	6 000 000			

5 — Vendas e Serviços Prestados

O volume de negócios da Empresa para os períodos em análise, foi o seguinte:

Tabela 3 - Volume de Negócios (valores em €)

Volume de Negócios	31-dez-2023	31-dez-2022	Variação	
Vendas	11 193 904	9 706 896	1 487 008	15,3%
A. H. de Bragadas	5 258 254	3 550 696	1 707 558	48,1%
Energia Eólica	5 935 650	6 156 200	-220 550	-3,6%
Parque Eólico da Serra de Mairós I	513 801	556 780	-42 979	-7,7%
Parque Eólico da Serra de Mairós II	153 452	164 910	-11 458	-6,9%
Parque Eólico do Leiranco	144 574	126 445	18 129	14,3%
Parque Eólico da Casa da Lagoa	151 845	143 460	8 385	5,8%
Parque Eólico do Alvão	4 971 977	5 164 604	-192 626	-3,7%
Prestação de Serviços	307 627	424 280	-116 653	-27,5%
Município de Ribeira de Pena	70 782	70 782	0	0,0%
ATBERG - Eólicas de Trás-os-Montes	56 033	46 229	9 805	21,2%
Eólica do Barroso	5 172	4 783	388	8,1%
Eólica da Padrela	5 172	4 783	388	8,1%
Eólica de Atilhó	14 382	13 339	1 043	7,8%
Eólica da Serra das Alturas	55 745	101 558	-45 813	-45,1%
Eólica de Montenegro	100 341	182 805	-82 464	-45,1%
Total Volume de Negócios	11 501 531	10 131 176	1 370 355	13,5%

As vendas compreendem os montantes faturados pela venda de eletricidade à SU Eletricidade.

A faturação relativa à venda de energia é efetuada mensalmente, com base em contagens reais da energia produzida.

As prestações de serviços referem-se aos serviços prestados de apoio administrativo e técnico, a diversas entidades, também elas produtoras de energia, líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

A variação na rubrica "Prestação de serviços" resulta, entre outros, do registo, em 2022, da prestação de serviços relativo a 2021 nas empresas "Eólica da Serra das Alturas e Eólica de Montenegro".

6 – Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe da rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" no período em análise é o seguinte:

Tabela 4 - Fornecimentos e Serviços Externos (valores em €)

Fornecimentos e Serviços Externos	31-dez-2023	31-dez-2022	Variação	
Subcontratos	3 274 981	2 992 585	282 396	9,44%
Serviços Especializados	800 115	767 142	32 973	4,30%
Materiais	8 361	7 685	676	8,79%
Energia e Fluidos	60 688	51 120	9 568	18,72%
Deslocações Estadas e Transporte	3 294	2 529	765	30,23%
Serviços Diversos	790 038	735 880	54 158	7,36%
Total FSE	4 937 477	4 556 942	380 535	8,35%

7 – Gastos com o Pessoal

No período em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Tabela 5 - Gastos Com Pessoal (valores em €)

Gastos com Pessoal	31-Dez-2023	31-Dez-2022	Variação	
Remunerações do Pessoal	581 633	555 584	26 049	4,69%
Encargos Sobre Remunerações	129 967	125 233	4 734	3,78%
Seguros de Acidentes de Trabalho	7 810	7 432	378	5,09%
Gastos de Ação Social	29 763	31 627	-1 863	-5,89%
Outros Gastos com Pessoal	5 770	1 481	4 289	289,59%
Total	754 944	721 357	33 587	4,66%

	31-dez-2023	31-dez-2022
Número médio de empregados	20	21
Número de empregados no final do período	20	20

8 – Outros Rendimentos e Ganhos

No período em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Tabela 6 - Outros Rendimentos (valores em €)

Outros Rendimentos e Ganhos	31-Dez-2023	31-Dez-2022	Variação	
Reversão de Provisões	18 718	0,00	18 718	-
Revisão de Preços	18 718	0	18 718	-
Outros Rendimentos e Ganhos	252 474	313 293	-60 819	-19,4%
Correções de períodos anteriores	634	5 332	-4 698	-88,1%
Subsídios ao investimento	251 420	251 420	0	0,0%
Outros não especificados	419	56 541	-56 121	-99,3%

9 – Outros Gastos e Perdas

No período em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Tabela 7 - Outros Gastos e Perdas (valores em €)

Outros Gastos e Perdas	31-Dez-2023	31-Dez-2022	Variação	
Impostos Diretos	4 554	2 367	2 188	92,43%
Impostos Indiretos	11 776	11 506	270	2,34%
Taxas	7 035	5 235	1 800	34,38%
Correções de Períodos Anteriores	1 218	28 338	-27 120	-95,70%
Donativos	2 270 682	1 454 242	816 440	56,14%
Outros	64 132	46 699	17 433	37,33%
Total	2 359 396	1 548 387	811 009	52,38%

A rubrica **“Impostos Indiretos”** inclui 1.464 euros, relativos à Contribuição Extraordinário do Setor Energético “CESE”, que em 2022 foi de **4.412 euros**.

A rubrica **“Donativos”** inclui os donativos que, por deliberação do Conselho de Administração foram atribuídos a Municípios, Juntas de Freguesia, Associações Culturais e outras entidades, da Região do Alto Tâmega.

A rubrica **“Outros”** inclui, entre outros de menor expressão, 31.350 relativos ao reconhecimento em “gasto do exercício” dos gastos, titulados por “Protocolos de Contrapartidas”.

10 – Imposto Sobre o Rendimento do Período

10.1 — Divulgação separada dos principais componentes de gasto de impostos:

O IRC devido é, genericamente, calculado sobre a matéria coletável apurada, a partir do resultado antes do imposto, com subsequente dedução e acréscimo de determinados valores decorrentes da lei (e.g., acréscimo de depreciações não aceites

fiscalmente, majoração de donativos etc.), por aplicação àquela da taxa de IRC (21%) para quantificação do imposto a pagar ou a recuperar, operações que são demonstradas no quadro abaixo.

Tabela 8 - Decomposição do Imposto Corrente (valores em €)

Decomposição do Imposto Corrente	31-dez-2023	31-dez-2022	Variação	
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO	2 876 929	2 278 162	598 767	26,28%
Acréscimos à matéria coletável	87 982	421 385	-333 402	-79,12%
Deduções à matéria coletável	-677 479	-446 766	-230 713	51,64%
Matéria Coletável	2 287 432	2 252 780	34 652	1,54%
Imposto à taxa normal	478 361	473 084	5 277	1,12%
Derrama Estadual	23 623	22 583	1 040	4,61%
Derrama Municipal	33 241	32 817	424	1,29%
Resultado da liquidação	576 419	360 344	216 075	59,96%
Imposto Corrente	1 111 643	888 828	222 816	25,07%
Tributação autónoma	8 991	9 321	-330	-3,54%
Imposto Corrente do Exercício	1 120 634	898 149	222 485	24,77%

Para 2023 foi aprovado o alargamento da aplicação da taxa reduzida de (“IRC”) de 17% para os primeiros € 50.000 de matéria coletável, passando esta disposição a abranger as empresas classificadas como *Small Mid Cap*, (empresas de pequena-média capitalização).

Nos termos do artigo 88º do CIRC, a empresa encontra-se também sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, nomeadamente, com viaturas ligeiras de passageiros (entre 10% e 35% de acordo com o valor das viaturas), despesas de representação (10%), e ajudas de custo e compensação por utilização de viatura própria, (5%), estas taxas são elevadas em 10 pontos percentuais caso o resultado fiscal, do período a que respeitem, se apresente negativo.

Nos termos do artigo 92º do CIRC, a coleta do IRC, líquida das deduções relacionadas com benefícios fiscais, nunca poderá resultar inferior a 90% do valor que resultaria

se o sujeito passivo não usufruísse desses benefícios. A aplicação deste artigo, pretende limitar o efeito de determinados benefícios fiscais (donativos) no apuramento do IRC liquidado, por forma a que se não possa apurar uma taxa efetiva de tributação inferior a 19% (0.9*21%). No caso da EHATB, tais ajustamentos afiguram-se relevantes, tendo o valor do resultado da liquidação, pela aplicação do artigo 92º, ascendido a **576.419 euros**.

10.2 – Impostos Diferidos

O detalhe dos impostos diferidos, no período em análise, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

Tabela 9 - Impostos Diferidos Ativos e Passivos (valores em €)

Impostos Diferidos	31-dez-2023	31-dez-2022	Variação	
Depreciações não aceites fiscalmente	2 559	2 559	0	0,00%
Provisões Para Riscos E Encargos	15 118	76 303	-61 185	-80,19%
Sistema de Capitação "SNS"	1 638	1 499	139	9,26%
Revisão de preços	9 900	6 109	3 791	-
Tarifa social	3 580	68 695	-65 115	-
Impostos Diferidos Ativos	17 677	78 862	-61 185	-77,59%
Revisão de preços - Reversão	-3 931		-3 931	-
Impostos Diferidos Passivos	-3 931	0	-3 931	-
Total	13 746	78 862	-65 116	-82,57%

Os impostos diferidos “ativos e passivos” pretendem anular o efeito fiscal das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, para efeitos de tributação, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

10.3 – A taxa efetiva de IRC

No período em análise a taxa efetiva o imposto sobre o rendimento (IRC), é analisada como segue:

Tabela 10 - Taxa Efetiva de IRC (valores em €)

Taxa Efetiva Do Imposto	31-dez-2023	31-dez-2022	Variação	
			Valor	%
Resultado Antes de Impostos	2 876 929	2 278 162	598 767	26,28%
Matéria Coletável (Após regularizações)	2 287 432	2 252 780	34 652	1,54%
Imposto Corrente	1 120 634	898 149	222 485	24,77%
Impostos Diferidos	-13 746	-78 862	65 116	-82,57%
Imposto sobre o Rendimento do Período	1 106 888	819 287	287 601	35,10%
Taxa Efetiva de Imposto	38,47%	35,96%	2,51%	6,99%

A taxa efetiva, calculada, resultou da aplicação, ao resultado antes do imposto, das regras fiscais descritas no ponto 10.1, acima.

11 – Ativos Fixos Tangíveis

No final do período em análise, o movimento ocorrido nas rubricas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Tabela 11- Ativo Bruto Tangível (valor em €)

Ativo Bruto	Saldo Inicial 31-dez-2022	Aquisições	Saldo Final 31-dez-2023	Variação	
				Valor	%
Terrenos	64 183		64 183	0	-
Edifícios	4 686 883		4 686 883	0	-
Equipamento básico	25 955 631		25 955 631	0	-
Equipamento transporte	143 741		143 741	0	-
Equipamento administrativo	315 984	1 399,00	317 383	1 399	0,44%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	217 100	342,28	217 442	342	0,16%
Total	31 383 521	1 741,28	31 385 262	1 741	0,01%

Tabela 12 - Depreciações Acumuladas (valor em €)

Depreciações Acumuladas	Saldo Final 31-dez-2022	Depreciações no Período	Saldo Final 31-dez-2023	Variação	
				Valor	%
Edifícios	4 186 652	147 978,84	4 334 631	147 979	3,53%
Equipamento básico	25 133 668	318 679,56	25 452 348	318 680	1,27%
Equipamento transporte	123 720	6 750,00	130 470	6 750	5,46%
Equipamento administrativo	303 992	9 648,65	313 640	9 649	3,17%
Outros	212 713	1 870,89	214 584	1 871	0,88%
Total	29 960 745	484 927,94	30 445 673	484 928	1,62%

Tabela 13 - Depreciações Acumuladas (valores em euros)

Ativo Líquido	Saldo Final 31-dez-2022	Aumento s	Diminuiçõe s	Saldo Final 31-dez- 2023	Variação	
					Valor	%
Ativo Fixo Tangível	1 422 776	1 741,28	-484 927,94	939 589	-483 187	33,96 %
Total	1 422 776	1 741,28	-484 927,94	939 589	-483 187	33,96 %

Os parques Eólicos do Alvão, da Serra de Mairos, da Casa da Lagoa e do Leiranco integram o ativo da empresa, nas rubricas "Edifícios e Outras Construções" e "Equipamento Básico", (Geradores Eólicos), acrescidas do valor estimado dos correspondentes gastos de desmantelamento.

Os gastos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local, foram incluídos no custo do ativo relacionado, na rubrica "Edifícios e Outras Construções". O custo total, por simplificação, foi estimado ao valor corrente no montante de 74.207 euros, para o parque eólico da Serra de Mairos, o montante de 32.923 euros, para cada um dos parques do Leiranco e da Casa da Lagoa e o montante de 197.785 euros, relativo ao parque Eólico do Alvão I e II. Este gasto é depreciado em cada período da mesma forma que o ativo correspondente.

Em contrapartida, foi reconhecido um passivo "Provisão", porque claramente definida a obrigação, no mesmo montante, que será utilizado apenas quando os gastos forem incorridos.

À data de cada balanço, quaisquer atualizações no valor estimado serão tomadas em consideração, sendo registadas em gastos ou rendimentos do exercício por contrapartida da correspondente conta do Ativo.

Os ativos fixos tangíveis não apresentam quaisquer indícios de perdas por imparidade, pelo que são nulas as imparidades acumuladas nos períodos em apreço.

Todos os ativos, encontram-se localizados em território nacional, estão em poder da “EHATB” e encontram-se integralmente afetos à atividade da empresa.

11.1 - Investimentos Implantados em Propriedade Alheia

De referir que cada um destes parques Eólicos se encontra implantado em terrenos baldios, pertencentes às juntas de freguesia da jurisdição da mesma, por esta explorados, ou explorados por conselhos diretivos ou associações de compartes, da mesma jurisdição.

Assim:

- O Parque Eólico da Serra de Mairos encontra-se implantado em terrenos baldios pertencentes à Junta de Freguesia de Mairos, a qual, por contrato “Promessa de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios”, celebrado em 01 de julho de 2002 cedeu a “Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA” os referidos terrenos baldios, para instalação dos parques eólicos de Mairos I e II.
- O Parque Eólico Leiranco encontra-se implantado em terrenos baldios pertencentes à junta de Freguesia de Sapiãos, a qual, por contrato “Promessa de Constituição do Direito de Superfície sobre Terrenos Baldios”, celebrado em 20 de julho de 2001 cedeu ao “Município de Boticas” os referidos terrenos baldios, com vista aos estudos para a instalação de um parque eólico. Por contrato de cessão de posição contratual, de 26 de junho de 2002, ao abrigo da cláusula décima segunda do mesmo contrato, o “Município de Boticas” cedeu a sua posição à empresa “Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso”.
- O Parque Eólico da Casa da Lagoa encontra-se implantado em terrenos baldios pertencentes à Associação de Compartes de Barbadães de Baixo, a qual, por

contrato “Promessa de Constituição do Direito de Superfície sobre Terrenos Baldios”, celebrado em 20 de julho de 2001 cedeu a “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso” os referidos terrenos baldios,” para instalação do parque eólico da Casa da Lagoa.

O Parque Eólico do Alvão está implantado em terrenos baldios pertencentes às seguintes entidades:

- Conselho Diretivo dos Baldios de Souto e Outeiro, concelho de Vila Pouca de Aguiar, que, por contrato “Promessa de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios” cedeu os terrenos baldios descritos no referido contrato, para instalação do parque eólico do Alvão. Este contrato, celebrado por três anos, é prorrogado automaticamente por dois períodos sucessivos, de vinte e cinco e de dez anos, respetivamente.
- Junta de Freguesia do Alvão, constituída em 2013, no âmbito da Reforma Administrativa Nacional pela agregação das freguesias de Afonsim, Gouvães da Serra e Santa Marta da Montanha. Por contrato “Promessa de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios” a então Freguesia de Gouvães da Serra, cedeu os terrenos baldios, descritos no referido contrato, para instalação do parque eólico do Alvão. Este contrato, celebrado por três anos, é prorrogado automaticamente por dois períodos sucessivos, de vinte e cinco e de dez anos, respetivamente.

Por contrato “Promessa de Constituição do Direito de Superfície sobre Terrenos Baldios”, a então Freguesia de Santa Marta da Montanha, cedeu os terrenos baldios, descritos no referido contrato, para instalação do parque eólico do Alvão. Este contrato, celebrado por três anos, é prorrogado automaticamente por dois períodos sucessivos, de vinte e cinco e de dez anos, respetivamente.

- Junta de Freguesia de Telões e Compartes dos Baldios de Telões, concelho de Vila Pouca de Aguiar. Por contrato “Promessa de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios”, cederam os terrenos baldios descritos no referido contrato, tendo em vista a instalação do parque eólico do Alvão. Este contrato, celebrado por vinte e cinco anos, é prorrogado automaticamente por mais dez anos.

12 - Ativos Intangíveis

No período em análise, o movimento ocorrido nas rubricas dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Tabela 14 - Ativo Bruto Intangível (valores em €)

Ativo Bruto	Saldo Inicial	Alienações / Abates	Saldo Final	Variação	
	31-dez-2022		31-dez-2023	Valor	%
Programas computador	35 198		35 198	0	-
Propriedade industrial	13 400 519		13 400 519	0	-
Total	13 435 717	0	13 435 717	0	-

Tabela 15 - Amortizações Acumuladas (valores em €)

Amortizações Acumuladas	Saldo Inicial	Alienações / Abates	Saldo Final	Variação	
	31-dez-2022		31-dez-2023	Valor	%
Programas computador	35 199		35 199	0	-
Propriedade industrial	11 519 662		11 799 864	280 202	2,43%
Total	11 554 861	0	11 835 063	280 202	2,42%

Tabela 16 - Ativo Líquido Intangível (valores em €)

Ativo Líquido	Saldo Inicial	Diminuições	Saldo Final	Variação	
	31-dez-2022		31-dez-2023	Valor	%
Ativo Intangível	1 880 857	-280 202	1 600 654	280 202	14,90%
Total	1 880 857	-280 202	1 600 654	-280 202	-17,51%

13 – Outros Investimentos Financeiros

O detalhe da rubrica "Outros Investimentos Financeiros" no período em análise é o seguinte:



Relatório e Contas 2023
Anexo às Demonstrações Financeiras

Tabela 17- Fundo de Compensação (valores em €)

Outros Ativos Financeiros	Saldo Inicial 31-dez-2022	Aumentos	Saldo Final 31-dez-2023	Variação	
				Valor	%
Fundo Compensação do Trabalho	6 626	419	7 045	419	6,33%
Total	6 626	419	7 045	419	6,33%

O Fundo de Compensação do Trabalho, é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos seus trabalhadores. São abrangidos os trabalhadores cujos contratos de trabalho foram celebrados após a entrada em vigor da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, "01 de outubro de 2013".

Em 2023 com a publicação do DL 115/2023, de 15'Dez, foi alterado o regime jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).

Relativamente ao FCT, destaca-se a cessação definitiva de efetuar entregas para aquele Fundo, e a alteração das finalidades para as quais este pode ser mobilizado.

Assim, O FCT passa também a poder ser mobilizado para:

Apoio a custos e investimentos com habitação dos trabalhadores;

Apoio a outros investimentos realizados de comum acordo entre entidades empregadoras e estruturas representativas dos trabalhadores, nomeadamente creches e refeitórios;

Qualificação e formação certificada dos trabalhadores.

14 – Impostos Diferidos

O detalhe da rubrica "Impostos Diferidos" no período em análise é o seguinte:




Tabela 18 - Impostos Diferidos (valores em euros)

Impostos Diferidos	Saldo em	Aumentos	Diminuições	Saldo em	Variação	
	31-dez-2022			31-dez-2023	Valor	%
Amortizações não aceites fiscalmente	64 630	2 559		67 189	2 559	3,96%
Provisões Para Riscos E Encargos	86 455	15 118	-3 931	97 643	11 187	12,94%
SNS - Sistema Capitação	11 651	1 638		13 289	1 638	14,06%
Revisão de Preços	6 109	9 900	-3 931	12 078	5 969	97,71%
Tarifa Social	68 695	3 580		72 275	3 580	5,21%
Impostos Diferidos Ativos	151 086	17 677	-3 931	164 831	13 745	9,10%

15 – Clientes

O detalhe da rubrica "Clientes" no período em análise é o seguinte:

Tabela 19 - Clientes (valores em euros)

Clientes	31-dez-2022	31-dez-2022	Variação	
Clientes Gerais	59 787	47 747	12 040	25,22%
Total	59 787	47 747	12 040	25,22%

16 - Outros Créditos a Receber

A rubrica "Outros Créditos a Receber" apresenta o seguinte detalhe:

Tabela 20 - Devedores por acréscimos (valores em €)

Outros Créditos a Receber	31-dez-2023	31-dez-2022	Variação	
Devedores P/ Acréscimos	1 424 580	1 721 515	-296 935	-17,25%
Outros Devedores Diversos	200 679	183 739	16 940	9,22%
Total	1 625 379	1 905 255	-279 876	-14,69%

A rubrica “**Devedores Por Acréscimo**”, inclui o valor da produção de energia, relativa ao mês de dezembro, cuja fatura é emitida, pela SU Eletricidade, no mês de janeiro, na modalidade de autofacturação.

A rubrica “**Outros Devedores Diversos**” incluem, entre outros de menor expressão, o valor pago à Administração Tributária em resultado da ação inspetiva externa, em sede de IVA, efetuada ao exercício de 2009, que de acordo com a AT foi deduzido indevidamente, no montante de **183.497 euros**. Desta decisão, e após indeferimento da reclamação graciosa e subsequente recurso hierárquico apresentado, o Conselho de Administração decidiu interpor recurso judicial. Nota 26

17 – Diferimentos

A rubrica “Diferimentos” apresenta o seguinte detalhe:

Tabela 21 - Gastos a Reconhecer (valores em €)

Gastos a Reconhecer	31-dez-2023	31-dez-2022	Variação	
Seguros	34 571	35 032	-461	-1,32%
Protocolo de Contrapartidas	85 514	116 864	-31 350	-26,83%
Rendas	11 004	11 004	0	-
Contratos Manutenção - ENERCON	76 112	69 093	7 020	10,16%
Baterias e Condensadores - Alvão		4 824	-4 824	-100,00%
Outros	3 829	1 356	2 473	182,35%
Total	211 029	238 172	-27 143	-11,40%

- a) Em “Protocolos de contrapartidas” estão registados os valores a reconhecer, em gasto dos próximos exercícios, referentes a contrapartidas financeiras atribuídas aos Municípios, em resultado da renúncia à prossecução da atividade de produção de energia conforme contratos programa celebrados em 2007. O valor diferido teve em conta o período

de vida útil de 25 anos para cada um dos Parques Eólicos instalados e do Empreendimento Hidroelétrico de Bragadas.

- b) O valor registado na rubrica “Contratos de Manutenção - Enercon” diz respeito ao pagamento efetuado à “ENERCON” decorrente dos contratos, “Full Guarantee & Warranty / Maintenance & Service” com ela celebrado, para manutenção dos parques eólicos de Mairós I, Mairós II, Leiranco, Casa da Lagoa e Parque Eólico do Alvão, cujo vencimento ocorrerá no próximo exercício.

18 – Capital Próprio

No final do período, o capital social da EHATB encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 180.000 ações com o valor nominal de 5 euros, é detido pelas entidades de acordo com o seguinte detalhe:

Tabela 22 - Composição do Capital Social

Entidade	%	N.º de Ações	Valor (€)
<i>Município de Boticas</i>	16,66	30	150 000
<i>Município de Chaves</i>	16,66	30	150 000
<i>Município de Montalegre</i>	16,66	30	150 000
<i>Município de Ribeira de Pena</i>	16,66	30	150 000
<i>Município de Valpaços</i>	16,66	30	150 000
<i>Município de Vila Pouca de Aguiar</i>	16,66	30	150 000
Total	100	180	900 000

Os movimentos ocorridos nas rubricas de capital, apresentam-se detalhados no mapa “Demonstração das Alterações no Capital Próprio”.

19 – Provisões

O detalhe da rubrica de "Provisões" no período em análise é o seguinte:

Tabela 23 – Provisões (valores em €)

Provisões	31-dez-2023	31-dez-2022	Variação
Processos Judiciais em Curso	189 719	189 719	0
SNS - Sistema de Capitação	63 282	55 482	7 800
Gastos de Desmantelamento	337 838	337 838	0
Revisão de Preços	57 516	29 092	28 424
Tarifa Social	344 167	327 118	17 049
Total	992 521	939 248	53 273

A rubrica "SNS – Sistema de Capitação" refere-se aos valores em dívida ao "Sistema Nacional de Saúde" que respeitam aos encargos com os trabalhadores das autarquias locais em matéria de prestações de saúde e despesas com medicamentos no SNS, conforme determinado pelos Decretos-Leis de Execução Orçamental e Lei do Orçamento de Estado, a saber:

Legislação	DLEO	Valor
Art. 154 da Lei 82-B, de 31Dez / D.L. 36/2015, de 9 março	2015	3 636
Art. 110 da Lei 7-A/2016, de 30 março	2016	7 955
Art. 144 da Lei 42/2016, de 28 dezembro	2017	8 740
Art.198 da Lei 114/2017 de 29 dezembro	2018	8 557
Art. 225 da Lei 71/2018 de 31 dezembro	2019	6 204
Art. 277 da Lei 2/2020 de 31 de março	2020	6 441
Art. 301 da Lei 75-B/2020 de 31 de dezembro	2021	6 809
Art. 218º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho	2022	7 139
Art.º 164.º da Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro	2023	7 800
Total		63 281

Entende o Conselho de Administração não lhe ser aplicada esta legislação, pelo que não procedeu ao seu pagamento, até ver esclarecidos os termos, e em que medida, estes diplomas se aplicam à “EHATB”. Apesar disso, foi constituída uma “Provisão” pelo valor total, até ao momento, reclamado pelo SNS.

A rubrica “**Gastos de Desmantelamento**” integra os gastos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local que foram incluídos no custo do ativo relacionado, conforme, *nota 11* acima.

A rubrica “**Revisão de Preços**” integra a provisão constituída para fazer face aos eventuais gastos a incorrer com revisão de preços de empreitadas levadas a cabo no período, nos termos dos artigos 289.º a 300.º do CCP, e do DL n.º 2/2004, de 6 de janeiro, que” estabelece o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de aquisição de bens e serviços”.

A rubrica “**Tarifa Social**”, evidencia o montante que foi comunicado pela ERSE, através de um processo de consulta pública, relativamente a gastos a incorrer pela Entidade, associados ao financiamento dos custos com a aplicação da tarifa social que incide sobre os titulares de centros electroprodutores. Face à natureza da comunicação efetuada, ao resultado dos contatos efetuados e reações dos intervenientes, foi considerado tal passivo, à imagem dos acima referenciados, de tempestividade e/ou quantia incerta.

20 – Outras Dividas a Pagar – Não Correntes

No período em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Tabela 24 - Detalhe da rubrica Outras Dividas a Pagar Não Correntes (valores em €)

Outras Dividas a Pagar - N/Corrente	31-dez-2023	31-dez-2022	Variação	
Garantias/Cauções	257 441	305 245	-47 804	-15,66%
Impostos Associados aos Subsídios	144 512	186 606	-52 798	-28,29%
Total	401 953	491 851	-100 602	-20,45%

A rubrica “**Garantias/Cauções**” refere-se à retenção efetuada aos adjudicatários, no âmbito de “contratos de empreitada” nos termos do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, por forma a garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas com a celebração do contrato.

A rubrica “**Impostos Associados a Subsídios**”, refere-se aos subsídios ao investimento, não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis. Estes subsídios são apresentados no balanço, como componente do capital próprio, e imputados como rendimento ao exercício numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. Como a existência destes subsídios não traduzem um aumento do capital próprio absoluto, uma vez que os mesmos são sujeitos a tributação, foi reconhecido um passivo pelo montante do imposto, associado ao valor do subsídio, reconhecido no capital próprio. Nota F.

21 – Fornecedores

No período em análise, a rubrica “Fornecedores” apresentava o seguinte detalhe:

Tabela 25 – Fornecedores (valores em €)

Fornecedores	31-dez-2023	31-dez-2022	Variação	
Fornecedores - Conta Corrente	876 276	333 997	542 159	162,32%
Total	876 276	333 997	542 159	162,32%

22 – Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica “Estado e Outros Entes Públicos”, no período em análise, apresenta o seguinte detalhe:





Relatório e Contas 2023
Anexo às Demonstrações Financeiras

Tabela 26 - Impostos e outras contribuições a pagar (valores em €)

Estado e Outros Entes Públicos	31-Dez-2023	31-Dez-2022	Variação	
Outras tributações	1 087	632	455	71,99%
EOEP Ativos	1 087	632	455	71,99%
IRC a Pagar	652 382	806 022	-153 640	-19,06%
IRS- Retenções na Fonte	7 861	7 753	108	1,40%
IVA a pagar	527 651	531 089	-3 438	-0,65%
Contribuições para Seg. Social	13 543	12 638	905	7,16%
Retenções de penhoras		518	-518	-
EOEP Passivos	1 201 438	1 358 021	-156 583	-11,53%

23 - Outras Dividas a Pagar - Correntes

A rubrica " Outras Dividas a Pagar", no período em análise, apresenta o seguinte detalhe:

Tabela 27 - Outras dividas a pagar (valores em €)

Outras Dividas a Pagar	31-dez-2023	31-dez-2022	Variação	
Remunerações a Liquidar	94 566	92 357	2 209	2,4%
Cauções a Devolver	338 866	244 936	93 930	38,3%
Imposto Associado a Subsídios	52 798	52 798	0	-
Outros Credores	69 076	198 395	-129 319	-65,2%
Total	555 306	588 486	-33 180	-5,6%

A Rubrica "Outros Credores" compreende, entre outros, os seguintes:

- Montante a pagar, às juntas de freguesia de Santa Marinha, Salvador e Santo Aleixo e Concelho Diretivo de Baldios de Gondiaes decorrente do

reconhecimento do valor das rendas de produção do A. H. de Bragadas, no montante de **40.326** euros;

- Montante a apagar aos Municípios, Boticas, Chaves e Vila Pouca de Aguiar decorrente do reconhecimento das taxas de produção relativas ao mês de dezembro dos parques Eólicos: Mairós, Casa da Lagoa e Alvão, no montante de **16.192** euros;

24 - Divulgações Exigidas Por Diplomas Legais

Art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais

Em cumprimento do art.º 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, divulgamos no seguinte quadro os honorários faturados pelos revisores oficiais de contas da empresa:

Tabela 28 - Honorários ROC (valores em €)

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	31-dez-2023	31-dez-2022
Revisão legal das contas	15 200	15 200
Totais	26 044	26 716

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade EHATB, EIM. S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta. Os administradores não são remunerados.



Relatório e Contas 2023
Anexo às Demonstrações Financeiras

Art.º 324 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade EHATB, EIM S.A., não possui quaisquer ações próprias nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21 do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora ao setor público estatal nem à segurança social, e que os saldos em aberto no final do período, correspondem a retenções na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento foi efetuado no mês de janeiro.

25 - Descrição Das Responsabilidades Da Empresa Por Garantias Prestadas

Por exigência processual de diversas entidades, parcialmente financiadoras dos investimentos que a empresa está a levar a cabo, foram solicitadas a entidades bancárias as seguintes garantias:

- Município de Ribeira de Pena - 3.600 euros

A fim de garantir o valor de 5% do valor adjudicado pelo Município de Ribeira de Pena relativamente à “Gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvadia”. Desde 1995.

26 – Ativos e Passivos Contingentes

Processos Judiciais em Curso

No decurso do exercício de 2013, a EHATB, foi objeto de Inspeção Tributária ao exercício de 2009. Na sequência desta inspeção, a AT desconsiderou o IVA suportado com as atividades de promoção da região, maioritariamente serviços de publicidade, por considerar que as mesmas não tinham qualquer relação com a atividade da empresa e nesse sentido foram efetuadas correções em sede de IVA, que a empresa impugnou tendo, embora, procedido ao pagamento das liquidações apresentadas.

Em 7 de fevereiro de 2018, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, *julgou improcedente a impugnação judicial deduzida contra as liquidações adicionais de IVA de 2009. Sobre esta decisão o Conselho de Administração da EHATB, interpôs recurso para o TCAN. Aguarda-se prolação de acórdão do TCAN.*

Em 2014, a EHATB apresentou reclamação da autoliquidação do IRC de 2013, por não concordar com o enquadramento jurídico-tributário da menos valia apurada, em resultado da transmissão, não onerosa, de participações sociais, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 68.º da lei 50/2012, de 31 de agosto.

Relativamente a este processo, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela julgou improcedente a impugnação judicial nos seguintes termos:

“o Tribunal considera, que a perda decorrente da menos-valia registada, no exercício de 2013, por alienação gratuita das participações sociais de entidades independentes exploradoras de energia eólica detidas pela EHATB não deveria ser tratada como gasto fiscalmente dedutível, por não se considerar como um custo indispensável à realização dos proveitos sujeitos a imposto ou para a manutenção produtiva, de acordo com o artigo 23.º do Código do IRC (na redação à data dos factos).

O entendimento do Tribunal baseia-se na conclusão segundo a qual a EHATB não estava obrigada a transmitir aos acionistas as participações por ela detidas nas sociedades, nem a lei impunha que a alienação fosse a título gratuito. Acresce que, na ótica daquele Tribunal, atendendo ao objeto da EHATB, as ditas alienações não são indispensáveis à obtenção dos proveitos nem a natureza de tais alienações apresentam relação com o escopo societário da mesma.”

Em setembro de 2021, a EHATB impugnou as correções, já pagas, previstas no Despacho n.º 6304/2021 do Secretário de Estado Adjunto e da Energia, decorrente do facto de a SU ter aplicado o fator Kn de forma independente para cada ano, ao invés da sua aplicação temporal sucessiva (ou cumulativa), como define a tutela no

citado despacho, prática considerada contrária ao que resultaria da leitura conjugada dos n.ºs 6 e 7 do artigo 5.º do decreto-lei n.º 35/2013.

A EHATB, tal como a generalidade dos agentes do setor elétrico renovável nacional, contestou a legalidade do despacho citado, e da sequente correção retroativa, por meio de uma ação de impugnação de ato administrativo, que corre os seus termos na justiça.

O Conselho de Administração da EHATB, entende que o desfecho destas ações e eventuais revisões e correções às declarações fiscais dos exercícios, em período de revisão, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras agora em apreço.

27 - Acontecimentos após a data do balanço

a) Informações sobre condições que existiam à data do balanço

Não foram obtidas novas informações, sobre condições que existissem à data do balanço, que justifiquem qualquer atualização das divulgações constantes nas demonstrações financeiras.

b) Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Não existem eventos, após a data do balanço, que requeressem ajustamentos a introduzir nas demonstrações financeiras.

c) Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas agendada para 27 de fevereiro de 2024, tendo essa reunião magna o poder de as alterar, se assim vier a ser decidido.

Ribeira de Pena, 14 de fevereiro de 2024

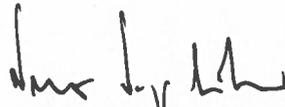
A Contabilista Certificada



Maria Leonor Ferreira Marques

(CC 40235)

O Conselho de Administração



Nuno Vaz Ribeiro - Presidente

Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves - Administradora



João Avelino Noronha Rodrigues de Carvalho - Administrador

